



Gerardo Almagro

Suplicy, Renan, Aldo e Saturnino recebem Michelle Bachelet, a primeira mulher a ocupar a presidência do Chile

Renan quer Chile integrado ao Mercosul

O presidente do Senado, Renan Calheiros, manifestou esperança de que o Chile se torne membro pleno do Mercosul, ao qual já é asso-

ciado. A declaração foi feita na sessão em que o Congresso homenageou a presidenta chilena, Michelle Bachelet. O papel estratégico do Brasil na

integração da América do Sul foi destacado por Bachelet, que apoiou a luta brasileira por uma vaga no Conselho de Segurança da ONU. **Página 3**

Acordo pode garantir o Orçamento

Estados exportadores conseguem mais R\$ 1,8 bi para compensar perdas da Lei Kandir

Ao fim de sucessivas reuniões no Congresso e no Ministério da Fazenda, os governadores dos estados exportadores conseguiram ontem aumentar em R\$ 1,8 bilhão a verba que podem ter neste ano para compensar as isenções de ICMS nas exportações (Lei Kandir). Com isso, removeu-se o

principal obstáculo ao exame do projeto do Orçamento para este ano, mas não foi possível submeter a proposta a voto ontem, como estava previsto, porque o acordo foi fechado à noite. O presidente do Congresso, Renan Calheiros, convocou sessão conjunta para terça-feira, às 18h, para tentar votar o Orçamento. **Página 5**

Criação de poupança-escola recebe parecer favorável **Página 8**

Aprovada norma para controle da produção de cal **Página 7**

CPI entrega relatório ao Ministério Público



Márcio Kolumbe

O relatório final da CPI dos Correios chegou ontem ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas da União e à Polícia Federal. Ao receber o documento, o procurador-geral, Antonio Fernando de Souza, informou ter denunciado ao Supremo Tribunal Federal 40 envolvidos no mensalão. **Página 4**

Antonio Fernando (C) recebe o relatório das mãos de Bentes, Delcídio, Serraglio e Onyx



J. Freitas

Governadores chegam para encontro com o presidente do Senado: em busca de recursos

Proposta comissão para avaliar o desempenho da economia

Ao lembrar que o governo teve no ano passado um excesso de arrecadação de R\$ 22 bilhões, o presidente do Senado propôs criar uma comissão para monitorar o desempenho da economia. Com base em avaliações bimestrais, os recursos eventualmente excedentes pode-

riam ser redistribuídos aos estados e municípios. Renan fez a proposta ao receber governadores de estados exportadores que buscavam uma solução para perdas de arrecadação de ICMS com as isenções de produtos destinados ao mercado externo. **Página 5**

Plenário acolhe ainda outras duas MPs: uma que abre crédito extraordinário para o Ministério dos Transportes e outra que amplia a cobertura do Plano Nacional de Viação

Senado aprova aumento de salário de servidores do INSS

O Senado aprovou ontem três projetos de lei de conversão, provenientes de medidas provisórias, que obstruíam a pauta de votações do Plenário. Entre as matérias acolhidas está o aumento das remunerações dos servidores do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que se enquadram nas carreiras previdenciária, do seguro social, de perícia médica e de supervisor médico-pericial. O projeto (PLV 3/06) teve origem na MP 272/05 e, como foi modificado no Senado pelo relator Sérgio Guerra (PSDB-PE), volta ao exame dos deputados. Estima-se que o aumento beneficie cerca de 6 mil trabalhadores.

O PLV 3/06 também trata da regularização dos convênios de saúde realizados entre a administração pública e entidades de autogestão (como a Fundação de Seguridade Social – Geap). O texto determina que esses convênios sejam aprovados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar. Os senadores pelo PMDB José Sarney (AP), Romero Jucá (RR) e Mão Santa (PI) destacaram a importância da Geap. Já Tião Viana (PT-AC) declarou que a aprovação da matéria implicará a definição de um marco legal para programas de saúde, assistência previdenciária complementar dos servidores públicos federais.

Outro projeto aprovado (PLV 4/06, proveniente da MP 273/05) abre crédito extraordinário no valor de R\$ 516,13 milhões para o Ministério dos Transportes recu-



Em Plenário, senadores buscam entendimento para desobstruir a pauta de votações

perar rodovias e executar trecho da Ferrovia Norte-Sul. A matéria vai à sanção.

A maior parte dos recursos – R\$ 453,5 milhões – será destinada ao Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit) para adequação de trechos rodoviários no DF e nos estados de Minas Gerais, Goiás, Rio Grande do Sul, São Paulo e Paraná, além da recuperação de trechos de rodovias federais em diversos estados.

A Ferrovia Norte-Sul necessita de obras de proteção de aterro dos trechos já executados entre Aguiarnópolis e Darcinópolis, no Tocantins, em razão do aumento do nível das águas do rio Tocantins, em decorrência da construção da Usina Hidrelétrica de Estreito e de sua barragem.

Relator da matéria, Romero Jucá (PMDB-RR) apresentou parecer favorável, com a rejeição das emendas apresentadas. Ele ressaltou, no entanto, que o Congresso deve acompanhar de

forma rigorosa as auditorias feitas pelo TCU nas obras.

Transportes

O terceiro projeto acolhido (PLV 5/06, originário da MP 274/05) acrescenta ao Plano Nacional de Viação (PNV) duas rodovias, 62 portos fluviais, trecho da Ferrovia Norte-Sul e duas ferrovias para trens de alta velocidade ligando o Rio de Janeiro a São Paulo, e Belo Horizonte a Curitiba. A matéria vai à sanção.

Na esfera rodoviária, buscou-se promover a segurança dos usuários das BRs 116 e 290 nas proximidades de Porto Alegre – trecho sob risco de acidentes pela sobrecarga de tráfego – e racionalizar o escoamento de cargas entre as BRs 319 e 364 nas proximidades de Porto Velho (RO).

Outra previsão é a inclusão do terminal de Alcântara no Sistema Portuário Nacional, medida considerada indispensável para dar suporte à base de lançamentos de foguetes da Agência Espacial Brasileira (AEB).

Para Tuma, entrevista de Suzane von Richthofen foi revoltante

Romeu Tuma (PFL-SP) considerou revoltante a entrevista exibida no domingo, pela TV Globo, de Suzane von Richthofen, acusada de tramar e participar do assassinato de seus pais, Marília e Manfred von Richthofen. O senador acredita que pessoas envolvidas em crimes como esse não deveriam gozar de liberdade antes do julgamento.

Para Tuma, mesmo autoridades acostumadas a lidar com criminosos devem ter ficado traumatizadas ao ver a tentativa de Suzane de armar um drama infeliz para colocar a população a seu favor.

– Eles se organizaram (Suzane, Daniel Cravinhos, seu então namorado, e Cristian Cravinhos,



Roosevelt Finheiro

Tuma: acusado que aguarda julgamento não deveria gozar de liberdade

irmão dele) e covardemente mataram os pais dela – afirmou.

Tuma também fez apelo ao Supremo Tribunal Federal (STF) para que recuse recursos de advogados que defendem a garantia de liberdade a acusados que ainda não foram condenados definitivamente pela Justiça.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário continua em obstrução

O Senado realiza sessão deliberativa, às 14h. Continuam trancando a agenda de trabalhos do Plenário as medidas provisórias pendentes de votações. Entre elas, a MP 275/05, que altera a lei que instituiu o Simples – o imposto para micro e pequenas empresas –, e a MP 277/06, que libera recursos para o Ministério da Agricultura.

CCJ examina fim do voto secreto no Congresso

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) reúne-se às 9h30 para analisar projeto que acaba com votações secretas, inclusive em decisões sobre perda de mandato de parlamentares e eleição da Mesa diretora. Para os senadores que defendem a proposta, o voto aberto evitaria que envolvidos em corrupção fossem inocentados. A CCJ examina ainda o fim da exigência de curso de direção defensiva na renovação da carteira de habilitação.

Crédito para o Nordeste

A Medida Provisória 285/06, que regula concessão de crédito rural, será discutida pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), às 9h30, com a participação do presidente do Banco do Nordeste do Brasil, Roberto Smith.

Agenda do presidente

O presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, promove reunião hoje, às 15h30, com o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República, general-de-exército Jorge Armando Félix.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Shessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e

Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida,

Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e

Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670

Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Tião Viana e João Alberto Souza

Em sessão solene do Congresso, Michelle Bachelet e Renan Calheiros destacam que Chile e Brasil devem se unir em favor da integração da América Latina



Michelle Bachelet (C), acompanhada por Renan e Aldo, recebe cumprimentos de parlamentares após a sessão solene

Renan quer o Chile como membro pleno do Mercosul

Ao se pronunciar na sessão solene do Congresso em homenagem à presidenta do Chile, Michelle Bachelet, o presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que aquele país sempre mereceu lugar especial nas relações com o Brasil. Ele manifestou esperança no fortalecimento e na consolidação de uma aliança renovada entre os dois países, que, acrescentou, dará um impulso decisivo na integração sul-americana.

– A amizade e a parceria entre Brasil e Chile estão alicerçadas na coincidência de propósitos e de valores e na consciência da responsabilidade que nossas afinidades nos impõem no cenário regio-

nal e internacional, representadas na ajuda na reconstrução do Haiti e na coordenação de esforços nos foros internacionais.

Renan também observou que, na primeira década do século 20, o Barão do Rio Branco concebeu um pacto tripartite que uniria, em 1915, a Argentina, o Brasil e o Chile, num entendimento cooperativo com vistas a promover a paz no sul do continente.

– Nesse processo sonhado por libertadores como Simon Bolívar e impulsionado por estrategistas visionários como Rio Branco, esperamos que o Chile, em futuro não muito distante, se torne também membro pleno do Mercosul,

ao qual já é associado – afirmou o presidente do Senado.

Renan manifestou o desejo de que o Chile venha a integrar o Parlamento do Mercosul, cuja instalação se dará até o fim deste ano. Ele disse que “não há democracia real sem parlamentos atuantes e verdadeiramente representativos” e ressaltou o papel do Legislativo para a democracia no Brasil e no Chile.

O presidente do Senado assinou ainda que a liderança de Michelle Bachelet não está moldada apenas em suas convicções e no exemplo de grandes nomes da política chilena, mas principalmente na tolerância e no afeto.

Presidenta apóia Brasil para conselho da ONU

Na sessão solene do Congresso Nacional em sua homenagem, no Plenário do Senado, a presidenta do Chile, Michelle Bachelet, reafirmou a disposição de apoiar o Brasil na sua luta para ocupar uma vaga no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU). Ela também destacou o papel fundamental e estratégico que o Brasil tem na integração da América do Sul e do Caribe.

Michelle Bachelet defendeu o estreitamento da relação bilateral na busca de um continente mais integrado e de um mundo mais justo. A presidenta comunicou que já assinou com o governo

brasileiro acordos de cooperação nas áreas de energia e meio ambiente, durante visita que fez ao presidente Lula.

Primeira mulher eleita para presidir o Chile, Bachelet disse que pautará seu mandato na construção de políticas públicas que reduzam as desigualdades sociais e que trabalhará para construir um sistema de proteção social que garanta à população chilena, sobretudo aos mais pobres, acesso a direitos fundamentais como saúde, emprego, educação e moradia.

O plano de governo inicial de Michelle Bachelet, previsto para ser cumprido nos primeiros cem

dias de gestão, inclui a redução do desemprego, o aumento da segurança e o aperfeiçoamento dos sistemas de proteção social, com reforma do modelo de pensões.

– O crescimento econômico deve vir junto ao manejo de uma agenda positiva social poderosa, que mude as condições sociais, em especial das famílias mais pobres – afirmou.

A presidenta chilena destacou que sua paixão pelas músicas de Roberto Carlos levou-a a matricular-se no Instituto Chileno-Brasileiro de Cultura e prometeu aprender o Hino Nacional do Brasil para cantá-lo na íntegra em sua próxima visita ao nosso país.

Aldo vê relações equilibradas e democráticas entre Brasil e Chile

Ao saudar Michelle Bachelet, homenageada em sessão solene do Congresso, o presidente da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo, assinalou os “ventos de mudança” que alcançaram o Chile com a eleição de uma mulher para o mais alto cargo executivo do país. Na sua opinião, essa conquista consolida a democracia no Chile e traduz um avanço na marcha por uma maior participação feminina na vida política sul-americana.

– Creio que a senhora sintetiza essa grandeza e a capacidade do povo chileno de enfrentar e supe-

rar desafios – assinalou.

Aldo Rebelo também destacou a imensa gratidão e reconhecimento do Brasil pela acolhida do povo chileno a cidadãos brasileiros que para lá migraram em situação adversa. Em seguida, manifestou sua confiança de que Chile, Brasil e outros países da América Latina possam estabelecer relações equilibradas e democráticas.

– O exemplo do Chile é fundamental para a unidade da América do Sul em torno de um projeto de sociedade harmônica, generosa e fraterna – acrescentou.

Jefferson Péres



Roosevelt Pinheiro

País é exemplo de “liberdade virtuosa” a ser estudado

Autor do requerimento para realização da sessão solene em homenagem à presidenta do Chile, Michelle Bachelet, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) salientou que a incumbência – recebida do presidente do Senado, Renan Calheiros – de dar início à sessão era não apenas prazerosa, mas também leve, pelos diversos motivos que o fazem gostar da terra e da gente do Chile.

O senador enalteceu o desenvolvimento do país, que, para ele, “amadureceu após traumas e frustrações do passado, e agora faz parte do seleto clube de países em desenvolvimento que alcançaram a liberdade virtuosa, exemplo a ser estudado e imitado”.

Ele destacou a postura emblemática de Michelle Bachelet, que, “vítima da ditadura, não cultivou amargura e vingança, mas ao contrário, buscou a conciliação e o entendimento”. Jefferson ainda lembrou a riqueza cultural do Chile, cujos poetas Pablo Neruda e Gabriela Mistral receberam o Prêmio Nobel de Literatura.

Serys Shlessarenko



Roosevelt Pinheiro

Bachelet foi eleita pelo compromisso com causas sociais

A senadora Serys Shlessarenko (PT-MT) destacou as políticas sociais implementadas no Chile pelo governo de Michelle Bachelet, no tocante ao comprometimento com a distribuição de renda e a prioridade ao atendimento à parcela mais carente da população.

– Bachelet é uma mulher socialista, como ela mesma se declarou no dia de sua posse: agnóstica, separada, mãe solteira, com todos os critérios para, em um mundo conservador, não conseguir ser eleita. Mas o foi, pelo seu compromisso com as causas sociais. As semelhanças entre os compromissos sociais dos governos brasileiro e chileno são a certeza de que o presidente Lula está no caminho certo – observou.

Serys ainda endossou sua admiração por Bachelet, lembrando que participou com ela de debate sobre os problemas do gênero no ano passado, à época em que presidiu a comissão do Ano Internacional da Mulher Latino-Americana e Caribenha.



Rosevelt Pinheiro

Ação garante à companhia crédito capaz de pagar suas dívidas e recuperá-la, ressalta Azeredo

Azeredo pede apoio do governo para a Varig

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) pediu apoio ao Executivo para viabilizar a recuperação do Grupo Varig, que passa por grave crise financeira. Conforme o senador, as dificuldades encontradas pela companhia aérea se deram em virtude de uma conjuntura internacional desfavorável iniciada com os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, em Nova York, e não exclusivamente por problemas de gestão. De acordo com ele, o governo federal pode interferir em favor da Varig e evitar a falência.

– Ainda há tempo para que alguma atitude efetiva seja tomada. Não defendo nenhum pronto-socorro, nem doação de recursos, mas a criação de condições propícias para uma recuperação judicial, até mesmo com alguma medida do ponto de vista legal – disse.

Azeredo lembrou que, embora a Varig realmente possua débitos bilionários, há também uma ação já julgada favoravelmente à empresa assegurando um crédito capaz de pagar suas dívidas e garantir sua recuperação. O senador recordou ainda a importância da empresa no tráfego internacional, com rotas importantes para o desenvolvimento do comércio exterior.

Para o senador Jefferson Péres (PDT-AM), integrante do grupo parlamentar de apoio à Varig, falta empenho do governo no tocante à questão. Segundo ele, uma possível falência da empresa, além de promover o desemprego de inúmeros profissionais, trará grande perda para a imagem do Brasil no exterior.

Presidente da CPI dos Correios afirma que coincidência de resultados do trabalho da comissão e do MP demonstra que órgãos de investigação do país atuam em sintonia

Delcidio leva texto do relatório final ao MP, TCU e Polícia Federal

O presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, senador Delcidio Amaral (PT-MS), entregou ontem ao Ministério Público Federal (MP), ao Tribunal de Contas da União (TCU) e à Polícia Federal o relatório final da comissão – em cópias impressas e em CDs –, aprovado na semana passada. Delcidio estava acompanhado do relator da CPI, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), que elaborou o relatório, e do vice-presidente, deputado Asdrubal Bentes (PMDB-PA).

Ao fazer a entrega dos documentos no Ministério Público, o senador mencionou requerimento aprovado na comissão que possibilitou o compartilhamento de informações sigilosas com o MP, facilitando o trabalho desse órgão. O parlamentar destacou ainda que o trabalho investigativo do MP não seria, como no caso das CPIs, afetado por embates políticos.

Denúncia

Durante o encontro com os membros da CPI dos Correios, o procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, anun-

ciou a apresentação de denúncia no Supremo Tribunal Federal (STF) contra 40 pessoas envolvidas no denominado esquema do mensalão.

Entre os denunciados estão o ex-ministro-chefe da Casa Civil José Dirceu, o ex-presidente do PT José Genoino, o ex-tesoureiro do partido Delúbio Soares e o ex-secretário-geral Sílvio Pereira, além dos deputados João Paulo Cunha (PT-SP), José Janene (PP-PR), Romeu Queiroz (PTB-MG) e João Magno (PT-MG), e do prefeito de Uberaba (MG), Anderson Aduato.

Ao comentar a denúncia apresentada pelo MP junto ao STF,

Delcidio enfatizou o acerto das investigações promovidas pela CPI. Segundo o parlamentar, a “coincidência” dos resultados do trabalho do MP e da CPI demonstra que os principais órgãos de controle e de fiscalização brasileiros estão trabalhando em sintonia.

Durante a visita ao Tribunal de Contas da União, Delcidio agradeceu ao presidente da instituição, ministro Adilson Motta, e ao ministro Ubiratan Aguiar pela análise de mais de 60 contratos irregulares firmados pela Empresa de Correios e Telégrafos (ECT) e pelo IRB Resseguros.



Delcidio (terceiro à direita), Serraglio (D) e outros membros da CPI entregam parecer a Adilson Motta

Ministério Público antecipa denúncia ao Supremo

De acordo com a investigação promovida pelo procurador-geral, Antonio Fernando de Souza, o esquema do chamado mensalão era uma organização criminosa dividida em três núcleos: político-partidário, publicitário e financeiro.

O núcleo político-partidário (composto, segundo a denúncia, por José Dirceu, José Genoino, Delúbio Soares e Sílvio Pereira) pretendia garantir a permanência do Partido dos Trabalhadores no poder com a compra de suporte político de outras agremiações partidárias e com o financiamento irregular de campanhas eleitorais, ainda de acordo com o documento do MP. Esse núcleo, acrescenta a denúncia, era o responsável por repassar as diretrizes de atuação para os outros dois.

O segundo núcleo (integrado, conforme o MP, pelo empresário Marcos Valério, Rogério Tolentino, Cristiano Paz, Ramon Hollerbach, Simone Vasconcelos e Geiza Dias) era responsável pelo recebimento de vantagens indevidas de integrantes do governo federal e de contratos com órgãos públicos – como, por exemplo, os de publicidade da Câmara dos Deputados, do Banco do Brasil e da Visanet –, ainda segundo a denúncia.

Lavagem

O núcleo financeiro (formado, de acordo com o Ministério Público, por José Augusto Dumont, Kátia Rabelo, José Roberto Salgado, Ayanna Tenório e Vinícius Samarane) teria entrado na organização criminosa em busca de vantagens indevidas e facilitava as operações

de lavagem de dinheiro, afirma o procurador-geral da República.

Antonio Fernando também denunciou os beneficiários do esquema: parlamentares de cinco partidos (PP, PL, PTB, PMDB e PT). Eles vão responder na Justiça pela prática de corrupção passiva e peculato.

O procurador-geral explica que ofereceu a denúncia antes da conclusão do relatório final da CPI para que não houvesse influência do debate político-partidário constante do relatório e também para que os parlamentares não fossem influenciados pela investigação do MP. “A denúncia coincide com o trabalho da CPI”, diz Antonio Fernando, acrescentando que as informações do documento ainda podem ser inseridas na ação penal.



Gerardo Magela

Requerimento de José Jorge convoca advogado para depor na CPI dos Bingos

José Jorge considera “inacreditável” versão de Thomaz Bastos

José Jorge (PFL-PE) considerou “inacreditável” a versão divulgada pelo ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, de que esteve na casa do então ministro Antonio Palloci no dia 23 de abril apenas para apresentar o advogado Arnaldo Malheiros Filho. Para esclarecer essa versão, o senador anunciou que apresentou requerimento à CPI dos Bingos convocando o advogado para depor.

Citando matéria noticiada ontem, José Jorge criticou a decisão da Polícia Federal, que conseguiu na Justiça a quebra do sigilo bancário e fiscal do caseiro Francenildo Santos Costa, sob a alegação de que ele poderia estar envolvido em lavagem de dinheiro.



Rosevelt Pinheiro

Preocupação dos parlamentares em ganhar visibilidade política é criticada por Borges

Gilvam Borges quer aperfeiçoar atuação das CPIs

O senador Gilvam Borges (PMDB-PR) fez ontem breve relato histórico na tribuna do Senado sobre a criação e o funcionamento das comissões parlamentares de inquérito. Ele destacou o consenso, no meio jurídico, sobre a existência de um descompasso entre a apuração parlamentar e a judicial.

Gilvam Borges citou reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo* que aponta a ocorrência de atitudes equivocadas nas comissões, como vazamento de informações e a preocupação dos parlamentares em ganhar visibilidade política. Esta, segundo ele, é maior que o rigor nas apurações das irregularidades.



Rosewell Pinheiro

Parlamentares não vão votar projeto como ele se encontra, diz Antonio Carlos

ACM: Congresso deve explicar demora para votar Orçamento

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) fez, ontem, um apelo para que o Congresso esclareça a população por que não votou ainda o Orçamento de 2006. Ele assegurou que os parlamentares não vão votar o projeto do Orçamento como ele se encontra e propôs que a nota pública seja divulgada, em nome do Congresso, para que “Lula não fique culpando a comissão [Mista de Orçamento]” pelo atraso.

O senador defendeu a candidatura de Geraldo Alckmin para presidente da República e afirmou que o governo do presidente Lula tem se caracterizado pelo descumprimento sistemático dos seus compromissos.



Rosewell Pinheiro

Flexa Ribeiro: Orçamento só será votado com solução para perdas da Lei Kandir

Flexa Ribeiro culpa bancada governista por atraso

Ao discursar ontem em Plenário, o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) culpou a bancada da situação pela demora na aprovação do Orçamento e afirmou que o governo federal se mostrava insensível na discussão das compensações aos estados, “apesar de o presidente Luiz Inácio Lula da Silva dizer que a oposição tem de votar logo a proposta”.

Em aparte, o senador Romero Jucá (PMDB-RR) ressaltou a necessidade de se construir um mecanismo definitivo para as compensações relacionadas à Lei Kandir, “para que não se dependa, a cada ano, de acréscimos ao Orçamento que resolvam temporariamente a questão”.

Governadores conseguem verbas para compensação da Lei Kandir, mas persistem “questões pontuais” em alguns estados

Orçamento pode ser votado na próxima terça

Depois de sucessivas reuniões no Congresso e no Ministério da Fazenda, os governadores de estados exportadores conseguiram ontem aumentar em R\$ 1,8 bilhão a verba que podem ter neste ano para compensar as isenções de ICMS nas exportações (Lei Kandir). Com isso, foi resolvido o maior empecilho para a votação do projeto do Orçamento federal deste ano, mas não foi possível submeter a proposta a voto ontem, como previsto, porque o acordo só foi fechado à noite.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, convocou o Congresso para as 18h da próxima terça-feira para tentar concluir a votação do

Orçamento, já no seu quarto mês de atraso. Para não obstruírem a votação, líderes oposicionistas exigiram que até lá sejam resolvidos alguns problemas.

– São questões pontuais que envolvem Sergipe, Bahia e Amazonas, mas o mais difícil, que era a Lei Kandir, está resolvido – afirmou o líder do governo no Congresso, senador Fernando Bezerra (PTB-RN).

A solução para os estados surgiu quando o Ministério da Fazenda e os governadores aceitaram ceder. O governo, que não concordava em conceder à Lei Kandir mais que R\$ 3,4 bilhões, passou a aceitar o mesmo valor

de 2005 – R\$ 5,2 bilhões. No entanto, a União só garante na lei orçamentária repasses de R\$ 3,9 bilhões. O restante, R\$ 1,3 bilhão, será pago apenas em caso de “excesso de arrecadação”.

O acordo previa que o Congresso votaria ainda ontem o projeto do Orçamento. No entanto, argumentando que já estava muito tarde (21h), os líderes das oposições não aceitaram continuar a reunião do Congresso aberta pela manhã, para a votação.

Ao tomar conhecimento de que os líderes oposicionistas estavam insistindo na solução de outros problemas, inclusive fora do Orçamento, o relator-geral,

deputado Carlito Merss (PT-SC), foi pessimista.

– Acho que o PSDB e o PFL não querem que o Orçamento seja votado. Desse jeito, o governo vai ter de viver de medidas provisórias para liberar dinheiro novo e gastar apenas os duodécimos permitidos pela Lei de Diretrizes Orçamentárias – ponderou.

Os problemas pontuais que os oposicionistas querem ver resolvidos até a votação envolvem a construção de uma ponte em Aracaju (SE), com financiamento do BNDES, a ampliação de projetos de irrigação na Bahia e a construção do gasoduto Coari-Manaus, a cargo da Petrobras.

Renan sugere repasses bimestrais aos estados

A sugestão do presidente do Senado, Renan Calheiros, para tentar resolver os impasses na votação do Orçamento é a criação de uma comissão de acompanhamento do desempenho econômico do Brasil que, bimestralmente, busque formas de transferir a estados e municípios repasses que cubram as perdas de recursos sofridas em razão da Lei Kandir.

O presidente do Senado apresentou a idéia, ontem, ao receber oito governadores que vieram procurá-lo para pedir compensação para as perdas que terão no Orçamento de 2006.

A comissão proposta por Renan analisaria o crescimento do produto interno bruto (PIB) e da economia, avaliaria o excesso de arrecadação, e os recursos de compensação da Lei Kandir seriam distribuídos de acordo com esse excesso. Renan lembrou que, só no ano passado, o governo teve R\$ 22 bilhões em excesso de arrecadação.

A idéia foi bem aceita pelos governadores Rosinha Matheus (Rio

de Janeiro), Aécio Neves (Minas Gerais), Paulo Souto (Bahia), Lúcio Alcântara (Ceará), Blairo Maggi (Mato Grosso), Simão Jatene (Pará), Germano Rigotto (Rio Grande do Sul) e Cláudio Lembo (São Paulo), que foram convidados por Renan a estudar a proposta. Também participaram da reunião o presidente da Comissão de Orçamento (CMO), Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), e o relator da matéria, deputado Carlito Merss (PT-SC).

A idéia de Renan consiste em regulamentar mandamento constitucional que manda o Senado avaliar periodicamente a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional. Ele acredita que a comissão temporária a ser criada anualmente pelo Senado poderia, além de fazer essa avaliação, promover a equilibrada repartição das receitas tributárias entre os entes da Federação brasileira.

O presidente do Senado também afirmou que a grande mudança que o Brasil precisa fazer em sua estrutura política é dotar

o Orçamento da União de um mecanismo que sirva de instrumento para elevar a qualidade do gasto.

– E isso é consequência de planejamento. Não dá para um ministro não conseguir do Planejamento dinheiro para o seu orçamento e vir pressionar o Congresso para fazer isso.

Renan também criticou a forma como o projeto de lei orçamentária chega ao Legislativo, sem conhecimento prévio do texto por parte dos que vão decidir sobre a matéria. Disse ainda que, na proposta de Orçamento, o governo não prevê receita para a correção da tabela do Imposto de Renda, para aumento do servidor público, para seguro agrícola, nem para aumento do salário mínimo, e que “falta sensibilidade” ao governo para lidar com os estados.

– A compensação está sendo feita hoje como uma cortesia, com receitas de estados e municípios. Tem que ficar claro que isso não é auxílio do governo, é parte do que estados e municípios perdem com a isenção do ICMS.



José Cruz

Antônio Carlos Valadares condena posição dos estados exportadores

Para Valadares, Congresso está sendo encostado na parede

Antes da aprovação do acordo entre os estados exportadores e o Ministério da Fazenda, o senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) condenou a posição assumida pelos oito governadores que exigiram a liberação de R\$ 1,8 bilhão – destinado a compensar perdas com a isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para fins de exportação, conforme prevê a Lei Kandir –, para que seja aprovada a proposta de lei orçamentária deste ano.

– Os oito governadores estão encostando o Congresso na parede, o que é lastimável – reagiu o parlamentar.

Segundo Antônio Carlos Valadares, a posição dos estados exportadores prejudica as outras 19 unidades da Federação que, salientou, aguardam o sinal verde do Parlamento para que obras e serviços considerados vitais para a população tenham início, principalmente nas áreas de saúde, educação e infra-estrutura básica.



J. Freitas

Renan recebe governadores de oito estados e propõe uma comissão que cuide de repasses bimestrais para compensar perdas da Lei Kandir



Segundo Paim, será construída no estaleiro gaúcho a Plataforma P-53

Paim comemora a implantação do Pólo Naval de Rio Grande

Paulo Paim (PT-RS) destacou o início da implantação do Pólo Naval de Rio Grande, em seu estado. Segundo informou, começa ainda este mês a obra da Plataforma P-53, que está integrada à política da Petrobras para construção de equipamentos oceânicos no país.

Como 92% dos profissionais que trabalharão no pólo serão de nível técnico, o senador defendeu a aprovação de seu projeto que cria o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional e Qualificação do Trabalhador (Fundep).

Paim também apelou por uma saída negociada para pôr fim à crise na Varig. Ele saudou, ainda, a gaúcha Rafaela Zanella, 19 anos, eleita Miss Brasil 2006.



Para João Alberto, ação da ANP traz benefícios para várias comunidades

João Alberto destaca iniciativa da ANP de licitar áreas no MA

João Alberto Souza (PMDB-MA) saudou, em discurso no Plenário, a iniciativa da Agência Nacional do Petróleo e Gás Natural (ANP) de realizar uma rodada de fóruns regionais para licitação de Áreas Inativas com Acumulações Marginais de Petróleo e Gás Natural no Maranhão. O objetivo é atrair pequenas e médias empresas a investirem na produção.

Para o senador, os fóruns são o local ideal para obter informações sobre as perspectivas econômicas da indústria do petróleo e gás natural e trazem benefícios sociais para as comunidades. Ele anunciou que em 4 de maio haverá um encontro em São Luís.

Senador contesta críticas a programa de transferência de renda implantado pelo atual governo e diz que ganho da população mais pobre aumentou

Bolsa-Família reduz índice de pobreza no país, afirma Sibá

O senador Sibá Machado (PT-AC) contestou, em Plenário, as críticas feitas pela oposição ao programa Bolsa-Família. O parlamentar citou declarações do economista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) Ricardo Paes de Barros, para quem o programa tem cumprido o seu papel e está colaborando para reduzir a pobreza no país.

Conforme Sibá, os críticos do programa têm dito que a transferência de renda foi importante na redução da desigualdade, mas que esta caiu junto com a renda média da população. Ele destacou que, para o economista, o que provocou a queda no ganho médio da população foi a diminuição do lucro dos mais ricos,



Conforme Sibá, queda no lucro dos mais ricos provocou redução da renda global

uma vez que a renda *per capita* familiar dos 50% mais pobres aumentou de 2001 para 2004.

Sibá rebateu ainda o argumento de opositoristas de que seria melhor que a desigualdade tivesse caído por causa da inserção no

Fotos: Roosevelt Pinheiro

mercado de trabalho.

– Concordo com o economista do Ipea. Estaria preocupado se a desigualdade tivesse caído 100% por causa do Bolsa-Família. O fato de um quarto dessa queda ter sido causada pelo programa mostra que também há outros fatores mais ligados ao mercado ou a questões estruturais – disse o senador, que elogiou o trabalho do ministro Patrus Ananias e o presidente Lula.

Sibá também aplaudiu a Petrobras por ter elevado a produção ao nível da demanda interna de 1,8 milhão de barris de petróleo por dia. Saudou ainda a miss Acre, Cláudia Barreto, pela classificação em segundo lugar no concurso Miss Brasil.

Para Mão Santa, governo Lula fracassou na economia

Mão Santa (PMDB-PI) apontou ontem o fraco crescimento econômico do Brasil como uma demonstração de que o governo Lula fracassou também na economia. Ele citou dados das pesquisas que demonstram um crescimento de apenas 9% na renda *per capita* do brasileiro nos últimos 25 anos, enquanto no Chile o crescimento foi de 100% e, na China, de 700%.

– Para o Brasil, isso representa a falta que faz o crescimento econômico – afirmou o parlamentar, que se baseou em pesquisas da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e do Ipea.

Mão Santa disse que, enquanto as previsões de economistas para 2006 indicam um crescimento



Mão Santa diz que, para economistas, país não está aproveitando o momento

econômico de 5% no mundo, para o Brasil as estimativas não passam de 2%, na melhor das hipóteses. Ele observou que os mesmos economistas asseguram que, nos últimos 35 anos, o mundo não teve um ambiente tão favorável como agora e advertem que

o Brasil não está aproveitando o atual momento.

O senador citou “o excesso de legislação, de burocracia, de tributos e da taxa de juros como alguns dos erros” do governo do presidente Lula.

– Ninguém quer ser empreendedor neste país. É muito complicado. Estamos vivendo em um mundo plano, onde tudo é feito pela internet, e nós não entramos nesse mundo pela falta de competência provocada pela decadência das universidades na pesquisa – ressaltou.

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) cumprimentou Mão Santa pela “análise correta” que fez sobre a relação entre a economia global e a brasileira.

Alvaro aponta queda em ranking de produtividade

O Brasil passou a ocupar o penúltimo lugar no ranking de produtividade da Confederação Nacional da Indústria (CNI), formado por 23 nações, disse ontem, em Plenário, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR). Ele informou que o país despencou da quarta posição, entre 1996 e 2000, para a penúltima, entre 2001 e 2005, ficando à frente



Alvaro atribui decréscimo a baixos investimentos realizados no Brasil

apenas da Itália. O parlamentar atribuiu essa queda aos baixos investimentos realizados no Brasil nos últimos anos.

Segundo observou, nos últimos cinco anos, a taxa anual

média de crescimento da produtividade do Brasil foi de 1,3%, percentual bem inferior aos registrados pela Índia (10,1%), Cingapura (8,2%), Malásia (6,9%), Tailândia (6,2%) e Estados Unidos (6,1%).

Alvaro também afirmou que a produção industrial do seu estado, o Paraná, está caindo, segundo constatação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que registra queda acumulada de 6,8% no ano. O senador culpou o governador Roberto Requião (PMDB) por essa situação.



Suassuna pede cuidado aos senadores no exame de medida que altera alíquotas

Suassuna alerta para MP que pode onerar o setor produtivo

Ney Suassuna (PMDB-PB) pediu aos senadores que analisem com cuidado a Medida Provisória 275, que altera as alíquotas de tributação do Sistema Integrado de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte, o Simples.

De acordo com Suassuna, a medida prevê mudança do limite anual para enquadramento das microempresas no Simples, de R\$ 120 mil para R\$ 240 mil, e das pequenas empresas, de R\$ 1,2 milhão para R\$ 2,4 milhões. Ele advertiu que, para o setor produtivo, em vez de estimular o crescimento das micro e pequenas empresas, a mudança impõe aumento substancial da carga tributária.



Augusto anuncia que, em breve, emissora irá operar em UHF em outras localidades

Augusto: TV Senado terá sinal aberto em 12 capitais

A partir deste ano, a TV Senado passará a ser transmitida por sinal aberto em 12 capitais, anunciou, em Plenário, Augusto Botelho (PDT-RR). Ele destacou que serão atendidas as cidades de Belém, Boa Vista, Cuiabá, Fortaleza, Goiânia, João Pessoa, Maceió, Manaus, Natal, Recife, Rio de Janeiro e Salvador. Em Brasília, a emissora já opera por meio de sinal aberto.

– Trata-se de um passo decisivo para que, nos próximos anos, outras unidades da Federação recebam a cobertura da TV Senado, facultando a um maior número de cidadãos o acompanhamento dos trabalhos da Casa – ressaltou.

Campanha publicitária da Petrobras não é eleitoreira, afirma Gabrielli

O presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, afirmou ontem que a campanha publicitária sobre a auto-suficiência brasileira na produção de petróleo vai destacar – sem a inclusão de personagens famosos ou políticos – a capacitação técnica alcançada pela estatal ao longo de 53 anos. Segundo ele, o país produz atualmente 1,9 milhão de barris de petróleo por dia para suprir uma demanda diária de 1,8 milhão de barris.

Gabrielli explicou os objetivos da campanha publicitária da Petrobras em reunião conjunta realizada pelas comissões de Serviços de Infra-Estrutura (CI) e de Educação (CE), por iniciativa do senador José Jorge (PFL-PE). Em resposta ao parlamentar, o presidente da Petrobras garantiu que a campanha de auto-suficiência do petróleo não terá objetivos eleitoreiros e disse que a estatal nunca negou a competência de Duda Mendonça, cuja agência de

publicidade é uma das três empresas responsáveis pela criação do projeto.

Gabrielli destacou ainda que há “divergências antigas” entre a Petrobras e o Tribunal de Contas da União sobre a renovação de contratos de publicidade sem licitação, a exemplo de aditivo recente firmado com a agência de Duda. De acordo com José Jorge, o aditamento estaria acima dos 25% do valor do contrato original, o que contraria a legislação.

Para Gabrielli, o valor da campanha – aproximadamente R\$ 40 milhões – não constitui “nada de extraordinário”, pois o governo anterior teria gastado cerca de R\$ 50 milhões em ações de propaganda sobre a crise energética de 2001. Ele também eximiu a Petrobras de qualquer responsabilidade por supostas irregularidades no contrato firmado entre a estatal e a empresa GDK para a construção de plataformas marítimas.



José Gabrielli (E), ao lado de Camata e ACM, mostra números da auto-suficiência do país

Escolha da agência de Duda por estatal gera questionamentos

Ao participar da audiência pública com o presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, o senador César Borges (PFL-BA) questionou a escolha do publicitário Duda Mendonça para elaborar a campanha de divulgação da auto-suficiência brasileira em petróleo.

O senador ressaltou que a campanha deveria ter sido objeto de licitação especial e não de mero aditamento. Gabrielli respondeu que o publicitário ainda não foi condenado pelo Poder Judiciário, não cabendo, portanto, à Petrobras promover julgamento ou condenação política. César Borges classificou de “estranho” o fato de a Petrobras ter mantido, e até ampliado, seu contrato com Duda Mendonça, quando o governo Lula promoveu o cancelamento

de todos os contratos de publicidade com as empresas do publicitário.

– Acredito que esse seja o preço do silêncio de Duda, que já ameaçou falar o que sabe sobre o governo Lula – destacou Borges.

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) perguntou se a campanha da Petrobras esclarecerá que a auto-suficiência brasileira representa um processo que recebeu grande impulso com a quebra do monopólio estatal de petróleo, votada pelo Congresso durante o governo Fernando Henrique.

Gabrielli garantiu que a campanha publicitária deixará claro que a auto-suficiência representa uma conquista de 53 anos de trabalho contínuo da Petrobras e de seus funcionários, dos governos sucessivos e da sociedade brasileira.

Proposta do senador Aelton Freitas define medidas específicas para controle de geração e emissão de poluentes no processo industrial da calcinação

Comissão aprova projeto que regulamenta produção de cal

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovou ontem, em decisão terminativa, projeto do senador Aelton Freitas (PL-MG) que regulamenta a produção de cal e define medidas específicas para controle de geração e emissão de poluentes nesse processo industrial.

No Brasil, informa o senador, dezenas de produtores realizam a calcinação (transformação industrial das rochas calcárias) com a queima de pneus, borracha, lixo e plástico ou outros combustíveis. Essa alternativa coloca em risco a saúde e a vida de milhões de pessoas no Brasil e nos demais países que importam produtos brasileiros.

Aelton Freitas afirma que o projeto (PLS 314/03) aperfeiçoa proposta do deputado Ronaldo Vasconcelos (PL-MG) apresentada em 2001. Vasconcelos foi motivado, segundo o senador, por investigação que constatou que dioxinas encontradas no leite de vaca na Alemanha tinham origem no farelo de polpa cítrica importado do Brasil e em cuja produção se usava a cal contaminada.



Aelton (2º à dir.) alerta para risco à saúde de pessoas no Brasil e em países importadores

Também foi aprovado requerimento do presidente da CMA, senador Leomar Quintanilha (PCdoB-TO), que solicita ao Tribunal de Contas da União auditoria destinada a fiscalizar a execução dos convênios firmados com a prefeitura de Guarulhos (SP) para a formação de 38 núcleos esportivos no âmbito do programa Segundo Tempo, do governo federal.

A comissão aprovou ainda parecer da senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) pelo arquivamento de proposta de fiscalização e con-

trole para apuração das denúncias de que Fábio Luiz Lula da Silva, filho do presidente Lula, foi beneficiado por contratos irregulares com a Telemar.

Ana Júlia disse que o assunto já foi investigado pela CPI dos Correios. As comissões permanentes não têm a competência regimental de que dispõem as CPIs para investigar empresas privadas, argumentou a senadora. Ao final da reunião, o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) foi eleito por unanimidade vice-presidente da CMA.

Sérgio Cabral quer ampliar beneficiários da Lei Rouanet

O presidente da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social, senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ), acatando sugestão da diretora do Instituto Brasileiro de Audiovisual (Escola de Cinema Darcy Ribeiro), Irene Ferraz, anunciou que apresentará projeto para incluir o setor de formação e aprimoramento profissional entre as áreas culturais que podem captar recursos por meio da Lei Federal de Incentivo à Cultura, a Lei Rouanet.

– A indústria cinematográfica necessita de formação. A qualidade da mão-de-obra que vai para o cinema, que já é maravilhosa no Brasil, ficará melhor ainda se incrementarmos políticas de formação na área da indústria do audiovisual e nas artes cênicas. O importante da



Irene explica a Cabral que a formação tem custo elevado

proposta trazida pela Irene é que ela não é inconstitucional, já que não aumenta o percentual da Lei Rouanet. Ela apenas inclui mais um segmento, que é o da formação – afirmou Cabral.

Ao justificar a proposta que levou ao parlamentar do Rio de Janeiro, Irene Ferraz informou que a formação do audiovisu-

al é bastante cara. Ela disse que, sem patrocínio, fica difícil para uma escola formar profissionais nessa área, já que o custo de aluno por ano, em média, está em torno de US\$ 12 mil. A diretora do Instituto Brasileiro de Audiovisual lembrou que os alunos

têm que utilizar equipamentos de custo elevado e filmar, o que aumenta os gastos.

– É a segunda profissão que tem custo mais alto na sua formação. Só perde para a de piloto de avião – comparou Irene Ferraz, que esteve na tarde de ontem no gabinete de Cabral.

Papaléo não acusou motoristas de táxis e garçons

O gabinete de Papaléo Paes (PSDB-AP) esclarece que, em discurso na segunda-feira, o senador não se referiu a suposta

participação de motoristas de táxis e garçons em esquemas de prostituição de adolescentes em Macapá. A citação desses

profissionais foi feita na matéria “Papaléo denuncia exploração sexual em Macapá”, publicada ontem no **Jornal do Senado**.

Proposta de Cristovam Buarque visa estimular a permanência de jovens na escola até a conclusão do ensino médio. O texto terá decisão terminativa na Comissão de Educação



Conduzida por Luiz Otávio (D) e Tuma, a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou programação monetária para segundo trimestre

Projeto que cria poupança-escola recebe parecer favorável na CAE

O projeto de criação da poupança-escola, do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), recebeu parecer favorável da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A proposta, destinada a estimular a conclusão do ensino fundamental e do ensino médio, será enviada à Comissão de Educação (CE), onde terá decisão terminativa.

O projeto (PLS 60/04) autoriza o Executivo a instituir o Fundo de Investimento na Educação Básica – poupança-escola, a ser composto por dotações orçamentárias, doações e depósitos particulares espontâneos. A implantação do programa, de acordo com o texto, será de forma progressiva, para se adequar às restrições orçamentárias e financeiras do governo.

– O elemento para garantir que todas as crianças em idade escolar permaneçam na escola diz respeito aos estímulos para que tanto o aluno quanto sua família escolham o caminho da educação, em vez da entrada precoce no mercado de trabalho, não raro mais atraente, devido à perspectiva de acréscimo à renda familiar – afirma a relatora, Ana Júlia (PT-PA), em seu voto favorável.

O valor a ser depositado em cada conta, de acordo com a proposta, seria definido em ato do Executivo. E os estudantes alcançados pelo programa estariam entre os beneficiários do Programa Bolsa-Família. Programa semelhante foi criado por Cristovam durante a sua gestão como governador do Distri-

to Federal, de 1995 a 1998.

Programação monetária

Também recebeu parecer favorável da CAE a Mensagem 116/06, do governo federal, que encaminha ao Senado a programação monetária para o segundo trimestre de 2006, e será agora submetida ao Congresso.

A comissão decidiu ainda pelo arquivamento de dois avisos do Ministério da Fazenda, relativos à emissão de títulos da República. Foram rejeitados o PRS 37/04, que permitiria a dedução de investimentos dos estados em educação nos pagamentos de encargos de dívidas junto à União, e o PLC 12/05, que autorizava o parcelamento do Imposto Territorial Rural.

Pagamento de correção do FGTS pode ser antecipado

A proposta que autoriza a antecipação do pagamento do complemento de atualização monetária em contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) foi aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O projeto (PLS 358/04), do senador Paulo Paim (PT-RS), flexibiliza o cronograma de pagamento da atualização monetária das contas do FGTS decorrentes dos planos econômicos Verão e Collor I.

A matéria, que será submetida à aprovação do Plenário, recebeu

parecer favorável do senador Pedro Simon (PMDB-RS). O pagamento que vem sendo feito para a atualização monetária do FGTS decorrente dos planos econômicos, conforme o relator e o autor da matéria, está sendo muito demorado. Simon diz que trabalhadores com créditos superiores a R\$ 5 mil ainda estão com parcelamento semestral em curso, o qual poderá chegar, no caso de créditos superiores a R\$ 8 mil, até janeiro de 2007.

De acordo com o texto, o cronograma de pagamento poderá

ser antecipado, desde que haja disponibilidade financeira, a critério do Conselho Curador do FGTS, respeitada a seguinte ordem de prioridade para seleção dos contemplados: trabalhadores em situação de desemprego involuntário; trabalhadores com necessidades prementes de assistência médica; outros, conforme prioridades a serem estabelecidas pelo conselho.

O projeto estabelece também que a Caixa Econômica Federal deverá publicar, trimestralmente, um quadro consolidado da situação financeira do FGTS.

Cessão de dívidas de municípios a instituição financeira gera polêmica

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) está recebendo muita pressão para votar logo o projeto que autoriza a cessão, para cobrança, da dívida ativa dos municípios a instituições financeiras, afirmou o presidente do colegiado, Luiz Otávio (PMDB-PA). O texto (PRS 57/03), que causou polêmica ao ser discutido ontem na CAE, será votado na próxima terça-feira, informou Luiz Otávio. Os senadores que defendem a matéria dizem que os municípios serão beneficiados. Já os que são contra temem o comprometimento da receita corrente e a volta das antecipações de receitas orçamentárias (Aros).

Segundo o projeto, já examinado pela Comissão de Justiça (CCJ), os estados, o DF e os municípios poderão ceder a instituições financeiras sua dívida ativa consolidada para cobrança por endosso-mandato, mediante a antecipação de até o valor de face dos créditos, desde que respeitados os limites estabelecidos pela Lei Complementar 101/00 e pelas resoluções 40/01 e 43/01.

Debate

Foi discutido ontem um requerimento de Romero Jucá (PMDB-RR) solicitando o comparecimento do ministro da Fazenda à CAE para que dê sua opinião sobre o PRS 57/03. Romeu Tuma (PFL-SP) considera desnecessária a presença do ministro e ressalta que “os municípios estão aflitos” para que se tome logo uma de-

cisão. O relator, Jonas Pinheiro (PFL-MT), que apresentou um substitutivo, defendeu a matéria.

O presidente da CAE esclareceu que o requerimento de Jucá deverá ser votado no Plenário do Senado. Edison Lobão (PFL-MA) saiu em defesa do projeto, alegando que os municípios estão muito sacrificados, recebendo poucos recursos do governo federal.

Já o líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), argumentou que a lei não pode permitir o comprometimento de receita corrente. Ele disse que o projeto poderá trazer de volta as antecipações de receitas orçamentárias, que, segundo alegou, foram “devastadoras”. Osmar Dias (PDT-PR) ressaltou que houve banco que quebrou por esse motivo e que o país não deve recuperar uma prática nefasta para o erário.

Em resposta, Sérgio Cabral (PMDB-RJ), autor do texto, disse que não há chance de haver um retorno das Aros, pois o projeto visa apenas recuperar passivos e não prevê o uso de receitas correntes. Ele explicou que o substitutivo de Jonas Pinheiro impede uma relação com as antigas Aros.

Isenções

A CAE recebeu ofício do presidente do Senado, Renan Calheiros, solicitando a tramitação conjunta dos projetos de Lei do Senado 75/04 e 236/05, que tratam de isenções dos impostos sobre Produtos Industrializados (IPI) e de Importação.

Adiado debate sobre contrato entre governo do Maranhão e empreiteira

Foi adiada a audiência pública marcada para ontem na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), com a presença do governador do Maranhão, José Reinaldo Tavares, e do secretário-adjunto do Tesouro Nacional, Jorge Khalil Miski. Os dois convidados prestariam informações sobre operação de crédito realizada entre o estado e a empresa Camargo Corrêa. Uma nova reunião com José Reinaldo e Jorge Khalil ainda não tem data marcada.

O governo do Maranhão teria celebrado um acordo com a Camargo Corrêa para pagamento de cerca de R\$ 148 milhões. A operação, segundo o senador Gilvam Borges (PMDB-AP), autor do requerimento para a audiência pública, apresenta diversas características que levantam suspeita a respeito de sua legalidade, bem como de que possa ter havido

lesão ao interesse público.

Em sua justificativa para requerer a audiência, Gilvam diz que a operação foi realizada sem que o Maranhão solicitasse autorização para contratá-la, conforme a Resolução 43/01 do Senado. O parlamentar alega ainda que somente quando se detectou a existência da operação, “claramente definida como um empréstimo”, tanto pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) quanto pela Resolução do Senado, é que o governo do estado tomou a iniciativa de solicitar ao Ministério da Fazenda a regularização do empréstimo.

Posteriormente, o ministério aprovou o pedido de regularização. No entanto, segundo o senador pelo Amapá, ainda restam muitas dúvidas a respeito da operação, relacionadas ao cumprimento da Constituição, da LRF e da Resolução 43.